

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

"REGULAMENTA A LEI Nº 3.521 DE 28 DE SETEMBRO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS E A FORMA DE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE EDIFICAÇÕES PARA APROVAÇÃO JUNTO A PREFEITURA DE ARUJÁ."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARUJÁ, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais que lhes são conferidas nos termos do art.62, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e conforme o disposto no Processo Administrativo nº 320.809/2022;

DECRETA:

Art. 1º. A Lei nº 3.521 de 28 de setembro de 2022, que dispõe sobre a forma de apresentação de projetos de edificações para aprovação junto a Prefeitura de Arujá.

CAPÍTULO I DO ALVARÁ DE LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO NOVA, AMPLIAÇÃO, CONSERVAÇÃO, REFORMA E SUBSTITUIÇÃO DE PROJETO APROVADO

Art. 2º. Pelo presente Decreto, a apresentação de projetos para construção nova. ampliação, conservação, reforma e substituição de projeto aprovado, de todos os usos previstos em lei, deverá ser pelo sistema denominado ProjetoWeb, com seu acesso através do site da Prefeitura de Arujá, link: www.prefeituradearuja.sp.gov.br, sendo representado sob a forma de projeto simplificado através de contorno da edificação, desde que atendendo às leis urbanísticas municipais, estaduais e federais, normas técnicas oficiais aplicáveis e segundo as orientações que seguem.

Art. 3º. Os processos de aprovação de que trata o artigo anterior deverão conter:

- Documento que comprove a propriedade do imóvel, devidamente inscrito no Cadastro Imobiliário do município ou no INCRA, por meio de qualquer titularidade em nome do interessado, como segue abaixo:
 - a. Escritura;

(CPD - PMA) MOD_280 Papel Ofício Timbrado Prefeitura Municipal de Arujá - 09.02.0218

- **b.** Registro/matrícula do imóvel em nome do requerente;
- c. Compromisso ou contrato de compra e venda ou cessão;
- Projeto Simplificado (arquivo formato DWF);
- 4 fotos do lote, de ângulos diferentes, sendo: a partir da frente, das laterais e do fundo do lote em direção ao interior do mesmo;
 - Declaração de APP (Anexo V); IV.
 - Declaração de Solidariedade ao pagamento ISS (Anexo V);
 - VI. Declaração de Programa Arquitetônico (Anexo IV);
 - VII. Declaração do Autor do Projeto (Anexo V);
 - VIII. Declaração do Responsável pela Execução da Obra (Anexo));



ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

2

- IX. ART, RRT ou TRT (conforme resolução do Conselho Federal dos Técnicos Industriais) de Autoria de Projeto;
- X. ART, RRT ou TRT (conforme resolução do Conselho Federal dos Técnicos Industriais) de Responsabilidade Técnica pelo Levantamento Planialtimétrico;
- XI. Licenças expedidas pelos órgãos competentes, conforme legislação vigente, quando couber;
- XII. Habite-se/Ocupe-se/CCO (Certificado de Conclusão da Obra de Edificação), Certidão de Regularização Predial ou documento que comprove a regularidade da edificação, em caso de ampliação ou reforma;
 - XIII. Guia, comprovadamente pago, com recolhimento de taxas/emolumentos.
- § 1º. Nos documentos que requerem assinatura serão aceitas as de próprio punho ou digital, sendo vedada a assinatura digitalizada e, posteriormente, inserida;
- § 2º. Caso sejam constatadas eventuais pendências, impropriedades ou irregularidades no processo e os projetos não atendam as normas vigentes, o interessado será comunicado para a adequação do projeto apresentado;
- § 3°. Verificado que o projeto apresentado está de acordo com as exigências legais, o mesmo será liberado para cumprimento do Artigo 4º deste Decreto;
- Art. 4º. Para a expedição do Alvará de Licença para Construção (ALC) deverão ser apresentadas cópias físicas dos seguintes documentos:
 - Requerimento ao Prefeito;
 - II. 04 (quatro) vias de cada prancha que compõe o projeto;
- III. RRT, ART ou TRT (conforme resolução do Conselho Federal dos Técnicos Industriais) de Responsabilidade Técnica pela Execução da Obra;
- IV. Documentação conforme solicitado pelo Artigo 5º da Lei nº 3.521/2022, quando for o caso.

CAPITULO II DO PROJETO PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO

Art. 5°. O projeto de aprovação para construção, nos termos da Lei n° 3.521 de 28 de setembro de 2022 e deste Decreto, deverão ser apresentados via sistema Projetoweb, em linguagem arquitetônica com exatidão, sem rasuras e de acordo com os modelos que constituem os Anexos I ao IV deste Decreto, conforme segue:

I. Selo Padrão, que constitui o Anexo I, deste/Decreto;

1

D.



frontal;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

II. Notas de Projeto, que constitui o Anexo II, deste Decreto;

III. Levantamento Planialtimétrico Georreferenciado, contendo dimensões, curvas de nível, coordenadas azimutes, eventuais córregos, árvores, largura da via e do passeio público (dos dois lados da via), indicação do nome do profissional técnico responsável pelo mesmo e dos respectivos números de registro profissional e de ART/RRT ou TRT. O desenho deverá ser apresentado, preferencialmente, nas escalas 1/100, 1/200, 1/500 ou 1/1000, podendo ser apresentado em outra escala, excepcionalmente;

IV. Implantação, contendo o nome da rua, os principais recuos (frente, laterais e fundos), localização dos medidores de água e luz, lotes confrontantes, medidas perimetrais do lote e norte magnético. O desenho deverá ser apresentado, preferencialmente, na escala 1/100, podendo ser apresentado em outra escala, excepcionalmente;

V. Projeto Simplificado, na escala 1/100, conforme representação gráfica contida no Anexo III, deste Decreto, contendo no mínimo;

- a. Contorno do perimetro externo das edificações projetadas e existentes;
- b. Indicação dos muros de divisa, bem como do muro ou gradil no alinhamento

c. Projeções de todos os elementos distintos entre si, que compõem a edificação, tais como marquises, sacadas, varandas e outros elementos arquitetônicos (pergolado, pórtico, elemento decorativo, etc...);

- d. Identificação dos pavimentos;
- e. Denominações das edificações (construção principal, edícula, guarita, etc...);

f. Indicação de cotas dos recuos das edificações, projetadas e existentes, em relação às divisas do lote e entre às construções;

g. Indicação da cota de nível na calçada da via, nos vértices do terreno, na área de implantação das edificações, bem como em todos os pavimentos;

 h. Localização das vagas de estacionamento, indicação do acesso de veículo ao lote, área de desaceleração e rebaixamento das guias;

- Indicação do(s) acesso(s) de pedestre à edificação;
- j. Indicação das áreas permeáveis, em metros quadrados e porcentagem;
- k. Localização do(s) reservatório(s) de águas pluviais, quando for o caso;

I. Representação do esquema de esgotamento sanitário, cisterna, casa de máquinas, dentre outros;

m. Localização do reservatório de abastecimento de água, quando for o caso



ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

n. Indicação das faixas *non aedificandi*, dos recuos especiais, das áreas de preservação permanente (app), das reservas legais, das faixas de servidão, e outras quando houver;

o. Indicação dos elementos compositores da implantação da edificação no terreno que comprometam a ocupação e aproveitamento da área, tais como taludes, arrimos, rampas, etc;

VI. Cortes esquemáticos da edificação, transversal e longitudinal, de preferência na escala 1/100, conforme representação gráfica contida no <u>Anexo III</u> deste Decreto, contendo no mínimo:

- a. Contorno da volumetria externa das edificações, projetadas e existentes, inclusive os volumes de cobertura, barrilete, ático, caixas d'água, casa de máquinas e outros, quando houver;
 - b. Representação do perfil natural do terreno;
 - c. Indicação dos cortes, dos aterros e dos caixões perdidos;

 d. Representação dos muros de divisa e de arrimo, quando for o caso, e indicação das alturas dos mesmos:

- e. Indicação da cota de nível na calçada da via, na área de implantação das edificações, bem como em todos os pavimentos;
- f. Indicação das cotas de pé-direito dos pavimentos e de altura total da edificação.

CAPÍTULO III DOS TIPOS DE PROJETOS

Art. 6°. Os projetos de aprovação para construção, nos termos da Lei n° 3.521 de 28 de setembro de 2022 e deste Decreto, serão nomeados de acordo com as situações descritas a seguir:

- I. Construção Nova obra coberta destinada a abrigar atividade humana ou qualquer instalação, equipamento e material, a ser implantada em lote baldio;
- II. Substituição de Projeto refere-se a construções nas quais se deseja alterar o projeto que foi aprovado, através de Alvará de Construção, onde a obra não está concluída, atendendo-se a legislação vigente;
- III. Ampliação construção nova a ser erigida em lote onde haja construção regularizada e que não resulte na modificação do lay-out e/ou estrutura da edificação existente;
- IV. Reforma conforme aludido nos Artigos 1° e 7° da Lei Ordinária n° 3.521 de 28 de 2022 e neste Decreto, define-se como reforma qualquer alteração nas condições da edificação regularizada com o objetivo de recuperar, melhorar ou ampliar suas condições de habitabilidade, uso ou segurança, com ou sem mudança de uso, e que não seja manutenção. Subdivide-se em:
 - a. Reforma Com Acréscimo de Área;
 - b. Reforma Sem Acréscimo de Área;

**Endereço: Rua José Basilio Alvarenga, n.º 90 – Vila Flora Regina – Arujá – SP – CEP: 07400-000 – Fone (011) 4652-7600 – Fax (011) 4655-3634 **
(CPD – PMA) MOD, 280 Papel Officio Timbrado Prefetura Municipal de Arujá – 09 02 0218



ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

Conservação - regularização de uma construção executada sem o devido Alvará de Construção e que atenda à legislação e diretrizes urbanísticas vigentes.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º. A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, através do setor responsável pela análise e aprovação dos projetos, poderá solicitar ao interessado correções, documentos, informações adicionais que julgar necessárias para melhores esclarecimentos e devida instrução durante o trâmite do processo.

- § 1º. O prazo de atendimento ao caput deste artigo será de 30 dias corridos, prorrogáveis por mais 15 dias, desde que solicitados, devidamente embasados com documentos pertinentes e aceito pelo setor competente:
- § 2º. Em casos excepcionais, o prazo poderá ser prorrogado a cada período de 30 dias, devidamente embasado e aceito pelo setor competente;
 - § 3º. Decorridos os prazos, o processo será indeferido e será arquivado.
- Art. 8º. Concluída a obra, o proprietário deverá solicitar ao Poder Executivo Municipal o Certificado de Conclusão da Obra de Edificação (CCO). Parágrafo Único. Para a concessão do Certificado de Conclusão da Obra de Edificação (CCO) deverão ser apresentados ao órgão municipal competente os seguintes documentos:
 - Requerimento ao Prefeito;
- Termo de Responsabilidade do Proprietário e Responsável pela Execução da Obra, conforme modelo que constitui o Anexo V, declarando que a edificação encontra-se concluída conforme projeto aprovado e que a mesma foi construída atendendo, integralmente, as disposições legais municipais, estaduais e federais que disciplinam os aspectos edilícios, ambientais, do parcelamento e do ordenamento do uso e ocupação do solo;
- Declaração de Conclusão da Obra conforme modelo que constitui o Anexo VI, III. elaborado pelo responsável técnico pela execução da obra, contendo no mínimo:
 - a. Identificação da obra;
 - b. Dados técnicos da edificação;
 - c. Declarações legais.
 - IV. AVCB ou CLCB, quando for o caso;
 - CETESB, quando for o caso;
 - VI. Laudo técnico da instalação do elevador, quando for o caso

5

**Endereço: Rua José Basílio Alvarenga, n.º 90 – Vila Flora Regina – Arujá – SP – CEP: 07400-000 – Fone (011) 😿 2-7600 – Fax (011) 4655-3634 🕶 (CPD - PMA) MOD_280 Papel Officio Timbrado Prefeitura Municipal de Arujá - 09.02.0218



ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

VII. Procuração, quando for o caso;

VIII. Outros documentos que a municipalidade requisitar, em casos específicos.

Art. 9°. A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, em face de eventuais dúvidas não previstas neste decreto, editará instruções quando julgar necessárias.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Arujá, 24 de novembro de 2022

DR. LUIS ANTONIO DE CAMARGO Prefeito

ARQ. MARCO AURÉLIO VALDANHA

Sepretário M. de Planejamento Urbano e Habitação

DR MARCOS ROBERTO REGUEIRO

Diretor Geral

Registrado e publicado neste Departamento da Administração, na data acima.

Eliana Aparecida Prado Mangini Secretária Municipal Adjunta / `

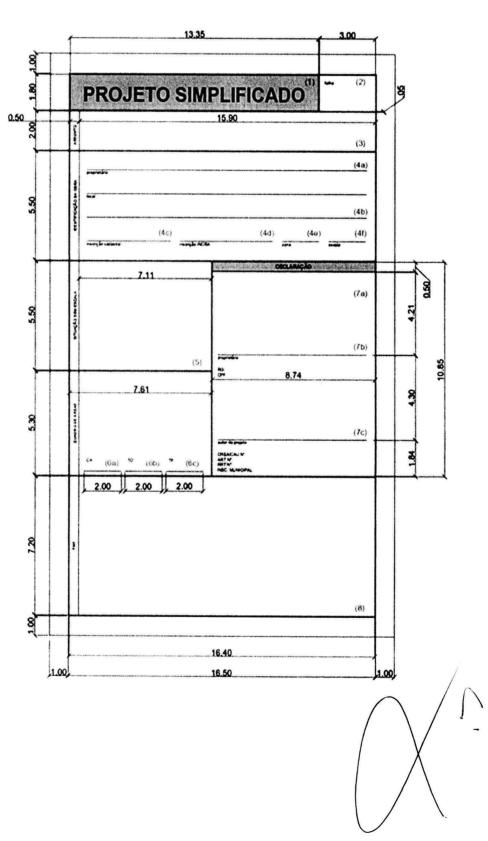


ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

ANEXO I

1. Diagramação - MODELO





ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

2. Campos de Preenchimento

CAMPO	CONTEÚDO	APLICAÇÃO
(1)	título da prancha	para todos os tipos de projeto, indicar o seguinte título obrigatório: PROJETO SIMPLIFICADO
(2)	numeração da folha	indicar os números das folhas de projetoExemplo: 01/02
(3)	objeto assunto da obra	indicar o assunto da obra Exemplo: Construção de uma residência
(4a)	proprietário	indicar o nome do proprietário
(4b)	local da obra	identificar o nome do logradouro onde se localiza a obra indicando lote, quadra e loteamento correspondente
(4c)	inscrição cadastral	indicar a sigla do cadastro imobiliário municipal, número constante no carnê do IPTU
(4d)	inscrição INCRA	indicar a sigla do cadastro nacional de imóveis rurais
(4e)	zona	indicar o zoneamento urbano vigente na localidade do imóvel
(4f)	escala dos desenhos	indicar a escala dos desenhosExemplo: 1:100
(5)	planta de situação urbana sem escala	indicar a posição do lote dentro da quadra do loteamento, dos logradouros e respectivos nomes; da distância do lote até a esquina; norte e interferências próximas ao local quando houver.
(6a)	indice urbanistico (CA)	indicar o coeficiente de aproveitamento do lote, o qual determina o potencial construtivo, isto é, a quantidade de metros quadrados que se pode construir tendo como base a área do terreno.
(6b)	índice urbanístico (TO)	indicar a taxa de ocupação do lote, onde TO é a relação entre a área ocupada e a área total do terreno
(6c)	taxa de permeabilidade (TP)	indicar a taxa de permeabilidade que, conforme a lei, corresponde a no mínimo 15% da área total do terreno
(7a)	declaração legal	indicar o texto da Declaração Legal
(7b)	proprietário	espaço reservado para a assinatura do proprietário, juntamente com o nome e número do RG e CPF
(7c)	autor do projeto	espaço reservado para a assinatura do autor do projeto, juntamente com o nome, nº do CREA/CAU, nº da ART e RRT
(8)	espaço PMA	espaço reservado para uso da Prefeitura Municipal de Arujá. As dimensões devem ser respeitadas e sempreenchimento sólido ou hachuras.

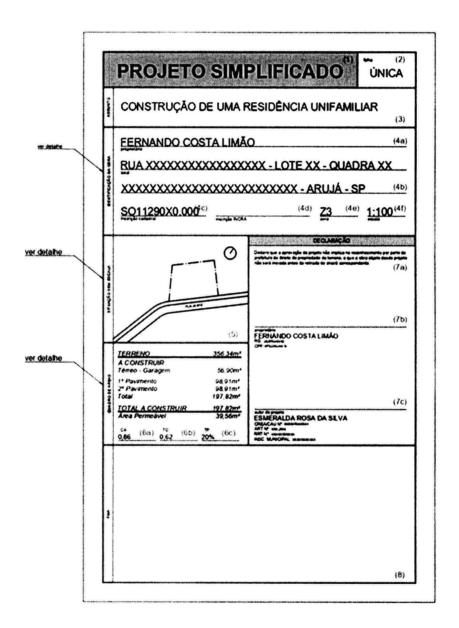




ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

2.1 Exemplo de Modelo Preenchido





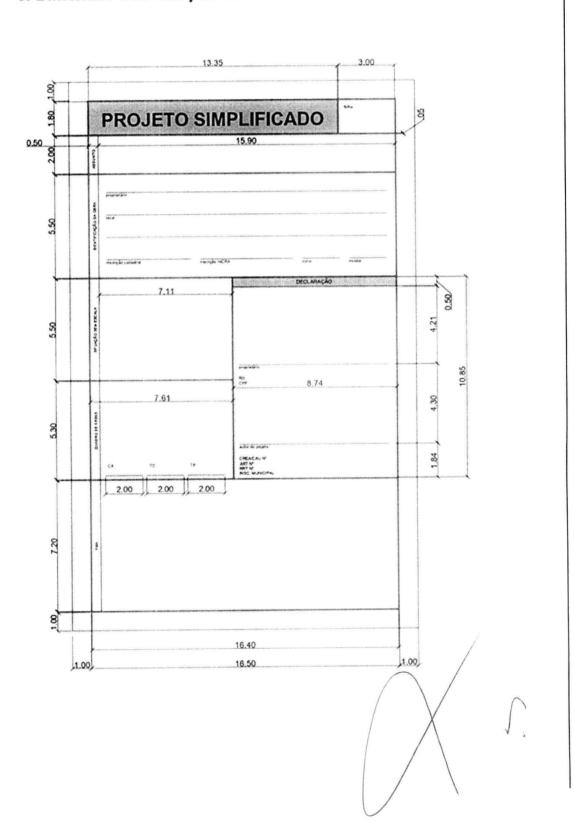


ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

10

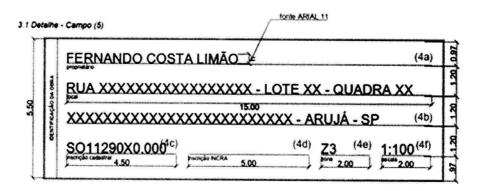
3. Dimensão dos Campos de Preenchimento

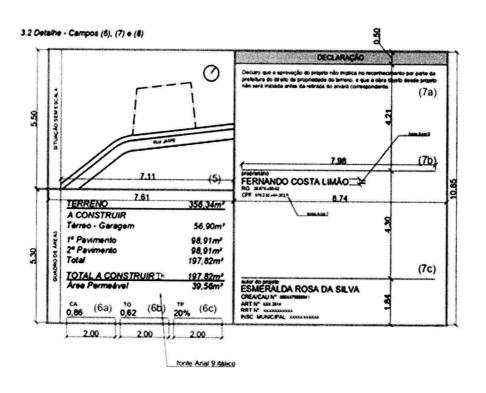


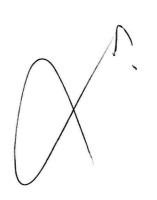


ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.









ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

12

Diagramação da Folha do Projeto Simplificado

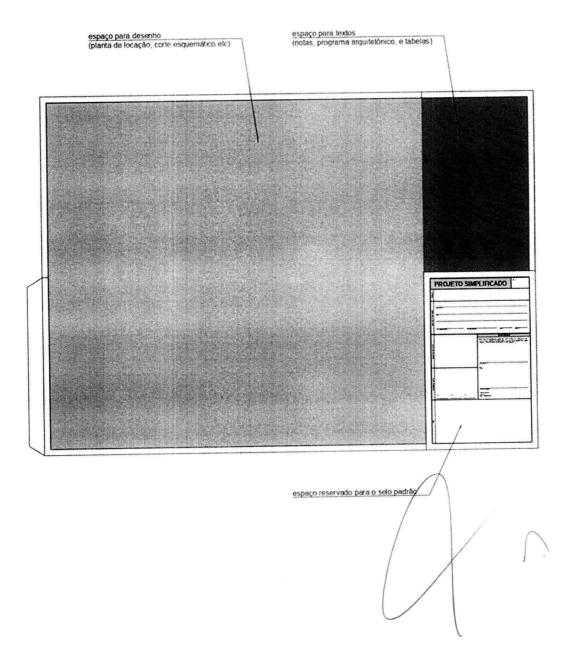
DIAGRAMAÇÃO DA FOLHA DO PROJETO

SIMPLIFICADO

- 1. Considerações Gerais
 - Os formatos das folhas de desenhos referencialmente deverão ser os da série A, conforme NBR 10068, tendo como formato máximo A0, de modo a evitar problemas de manuseio.

 1.1 Dobramento de folhas

 - O dobramento das folhas do projeto simplificado deverá atender o formato final A4
- Diagramação
 1 Esquema Geral
 As folhas de desenho deverão ser apresentadas conforme a disposição ilustrada abasio

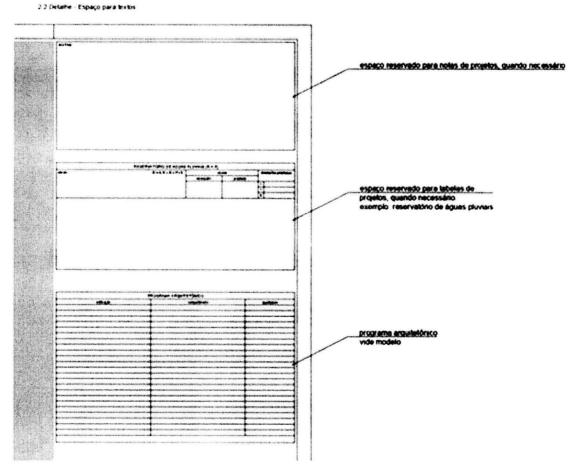




ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

Diagramação da Folha do Projeto Simplificado



2.) Exemplo Tabela: Reservationo de Aguas Pluviais

A solvent distant distant distant among som reducida rice propries om que a myseriarija; su menorativa de àques pluvan for scopita for from propriedus mass de um reservables, quies describe activ devaluentes describes de un contractivo de contrac





ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

14

Representação Gráfica do Projeto Simplificado

1. Linhas de Representação

REPRESENTAÇÃO	DENOMBAÇÃO	ESP	APLICAÇÃO
	continua grossa	(a Cillimant)	conforno do perimetro externo das edificações a construir e/ou existentes.
		(a @denien)	contorno da volumetria externa das edificações, projetadas e existentes, inclusive os volumes da cobertura, bamilete, ático, caixas d'água, casa de máquinas, heliponto e outros quando houver.
		(± 0:8mm)	contorno do perimetro externo das varandas cobertas das edificações a construir elou existentes.
		(± Odmen)	áreas computáveis (memória de cálculo)
		(a Q.Smerg	áreas computáveis do terreno pela projeção das edificações (memória de cálculo)
		(a Gilderent	áreas úteis das unidades imobiliárias (memória de cálculo)
		(s. 0,4mm)	margens das folhas, quadros
	en anciana de la companya del companya de la companya del companya de la companya	(a & funert)	perimetro da vaga de auto das edificações a construir e/ou existentes.
	Parameter	a 3 forming	contorno do perimetro externo das ediculas das edificações a construir elou existentes
		or Cidentel	linha do perfé do terreno modificado
	continue fine	(+ & tever)	indicação de cotas dos afastamentos e recuos das edificações, projetadas e existentes, em relação às divisas e ao atinhamento do lote e entre as construções.
		(± 0,2mm)	locação das vagas de estacionamento, irrea de desaceleração
	designated data	(+ 0.2mm)	indicação de áreas permetiveis.
		(± 0.2mm)	indicação dos elementos compositores da implantação da edificação no terreno que comprometam a ocupação e aprovertamento da área, tais como taludes, ammos, rampas, etc.
		(s 0,2mm)	Irmée do terreno em planta, linhas do piso
	on and a second	(± 0,25mm)	indicação dos muros de divisa, inclusive os mutos de contenção, quando for o caso
	Section (Section (Sec	(+ 0, tenera	indicação das cotas de nível do terreno, de implantação, bem como de todos os pavimentos
		Le Q Tenery	ridicação das cotas de aflura
	Revision 0.0000	(+ 0.25mm)	áreas não computáveis (memóris de cáliculo)
	gent operation of the control of the	(± 0,25mm)	áreas permeáveis e impermeáveis do projeto (membria de c/liculo)
	Service State of the State of t	(+ 0.25mm)	áreas de uso comum condominal (memóna de cálculo)
	A POLICE OF THE	CH © STRAME	limite da folha, marcas de corte e dobra, linhas auxiliares, hacturas.
arangina servicing artistics constitutes	tracejada grossa	re Q 4mm	conformo do perimetro externo das edificações a demolir
	tracejada fina	1102000	projeções de todos os elementos distintos entre si, que compõem a edificação, tais como marquises secadas, variandas e outros elementos arquitetóriscos
		1+ 0.2mm;	localização do(s) reservatóno(s) de águas pluviais, quando for o caso
		(x 0.2mm)	localização do esquema do sistema de esgotamento sanitário, quando for o caso.
		(# 0.2mm)	localização do sistema de abastecimento de água, quando for o casio
		(± 0.2mm);	limite do terreno em corto
NAME OF THE PARTY		(a (2 S eneth)	indicação de cortes e atemos e seus perspectivos volumes, quando houver
ann deciral service assume other	traço e ponta grossa	(z Q Genen)	indicação do perfil natural do terreno
in particular in the Special particular in the Industrial particular in the Control of the Contr	traço longo, dois traços curtos grossa	(a 0.4mm)	indicação das faixas non aedificendi, das Áreas de Preservação Permenenta (APP), das Reservas Legais, das faixas de servidão, e outras, quando houver



ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

- 2 1 Planta de Locação e Corte Esiquemático. As Hachuras abasio representadas deverão ser apresentadas na cor preta, seguindo o tipo de tinha estabelecido no flem 1

REPRESENTAÇÃO	DENOMPIAÇÃO	APLICAÇÃO				
	contorno com linha continua sem preenchimento ou hactura	áreas a construir				
	conforno com linha continua e preenchimento com linhas traçadas na horizontal	ároas a ampliar				
	conforno com linha continua e preenchmento com linhas traçadas a 45° à deeta	áreas existentes regularizadas				
	contorno com linha continua e preenchimento com linhas traçadas a 45° à direta e esquerda	áreas existentes a reformar				
	contorno tracejado com preenchmento de linhas traçadas na vertical	áreas existentes a demotir				
	contorno com linha continua e preenchimento total por pontos alternados	áreas permediveis				
	contorno com linha continua e preenchmento retangular	ároas externas pavmentadas com piso intertravado drenante. (Computavel na taxa de permeabilidade o equivalente a 30% da área pavimentada)				
	contorno com linha continua e preenchemento com linhas triplas alternadas no sentido horizontal e vertical	terra em corte, áreas de corte do perfil natural do terreno e áreas de aterro sobre o perfil natural do terreno				

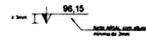
3. Outras convenções

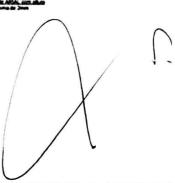






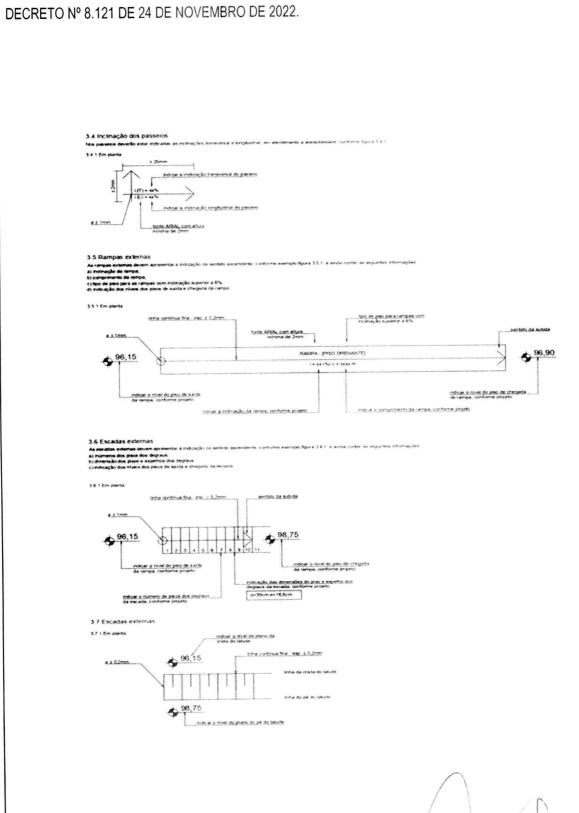








ESTADO DE SÃO PAULO







ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

11 inhatraco e porto fria - esp. 10 2mm



ESTADO DE SÃO PAULO

18 DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022. indicar a indinação (perhadade máx parmetos do 21%) 3 to 3 Em eteração GLIA PEBA(KADA (declindade máx 21%) x > 0.70m minimo 1.20m



ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

ANEXO II - NOTAS DE PROJETOS

- 1. O local é servido de rede de água, esgoto e energia elétrica;
- 2. O sistema de esgoto será executado de acordo com as nbr's 7.229/93 e 13.969/97, contendo fossa séptica, filtro anaeróbio, poço absorvente, cx de gordura/inspeção (obs.: Quando não houver rede pública de coleta de esgoto):
- 3. Os reservatórios de água atenderão o disposto nos artigos 10 e 11 do códigosanitário estadual;
- 4. O volume estimado de movimentação de terra é: corte m³ e aterro m³:
- 5. Toda escada será provida de corrimão de acordo com a nbr 9077 e atenderáo artigo 37 do código sanitário estadual;
- 6. Nos desníveis acima de 1 (um) metro de altura haverá guarda-corpo de acordocom a nbr 14.718;
- 7. A iluminação e a ventilação dos ambientes estão de acordo com os artigos 39ao 48 (residências) e 175 ao 177 (para os demais usos) do código sanitário estadual e com o capítulo v dos direitos de vizinhança do código civil brasileiro;
- 8. O autor do projeto e o responsável técnico pela execução da obra seresponsabilizam por todo muro de arrimo do imóvel;
- 9. O projeto atende as leis federais 10.098/2.000, 13.146/2015, lei complementarmunicipal 25/2015, decreto 5.296/2004, decreto 9.451/2018, nbr 9050 e demais legislações vigentes sobre acessibilidade:
- 10. O projeto atende as leis complementares nº 042/2019 e 045/2019, decreto 12.342/78 (código sanitário estadual) e demais legislações vigentes, inclusive ambientais;
- 11. As rampas terão início a partir do alinhamento do lote;
- 12. A obra somente terá início após a retirada do respectivo alvará:
- 13. A prefeitura de Arujá não será acionada nos casos envolvendo relações de vizinhanças que não sejam a ela pertinentes e que tenham amparo no código civil e nos estatutos condominiais, quando for o caso;
- 14. Os caixões perdidos não possuem pé direito habitável, seguindo o perfil natural do terreno, e não serão utilizados como ambiente em nenhuma hipótese,sob pena de não obtenção do cco ou da sua cassação a qualquer tempo (obs.: inserir este item quando houver previsão de caixão perdido no projeto);
- 15. Na ocasião da instalação e do funcionamento do elevador, monta cargas, plataformas e demais dispositivos de circulação vertical, será atendida a lei municipal 2050/2007, sob pena de não obtenção do cco ou da sua cassação a qualquer tempo (obs.: inserir este item quando houver previsão de elevador, ousimilares, no projeto);
- 16. Nos ambientes em que não houver ventilação natural será adotado outro meio de ventilação de acordo com as legislações e normas vigentes, sob pena de não obtenção do cco ou da sua cassação a qualquer tempo (obs.: inserir esteitem quando houve previsão de tal situação no projeto);
- 17. Os pergolados, assim como elementos vazados em coberturas, não serão cobertos em nenhuma hipótese, sob pena de não obtenção do cco ou da sua cassação a qualquer tempo (obs.: inserir este item quando houver previsão de tais elementos no projeto).

1

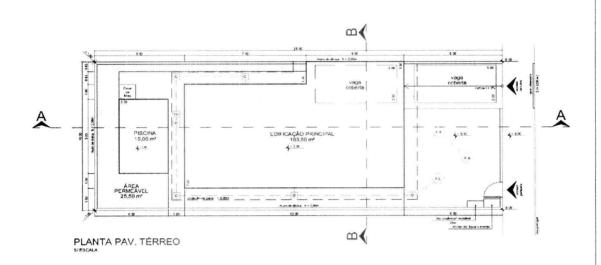


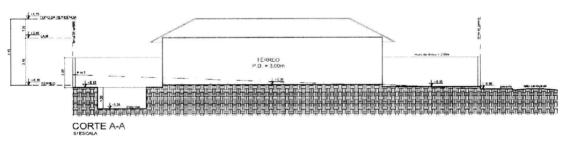
ESTADO DE SÃO PAULO

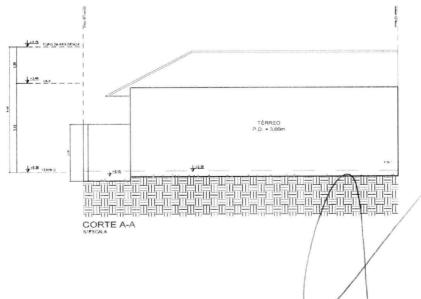
DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

ANEXO III

- 1. IMPLANTAÇÃO, PLANTAS E CORTES
- 1.1. CONSTRUÇÃO RESIDÊNCIA TÉRREA





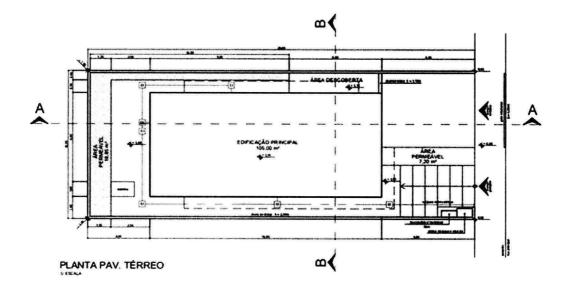


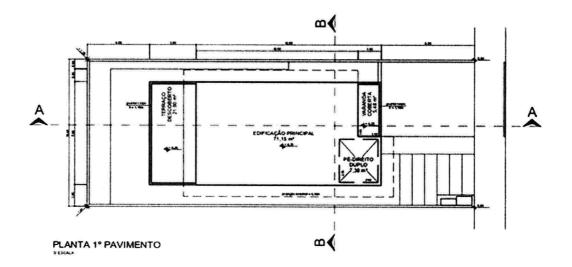


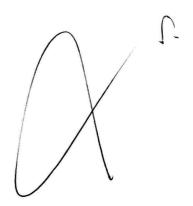
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

1.2 CONSTRUÇÃO ASSOBRADADA







-

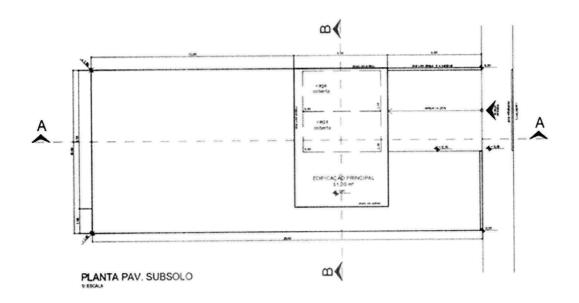


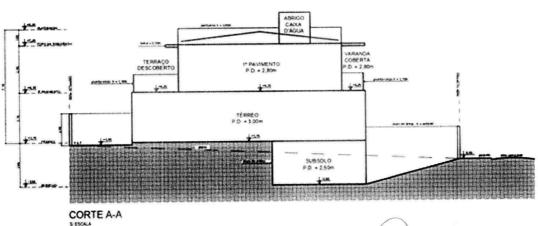
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

2

1.2 CONSTRUÇÃO ASSOBRADADA



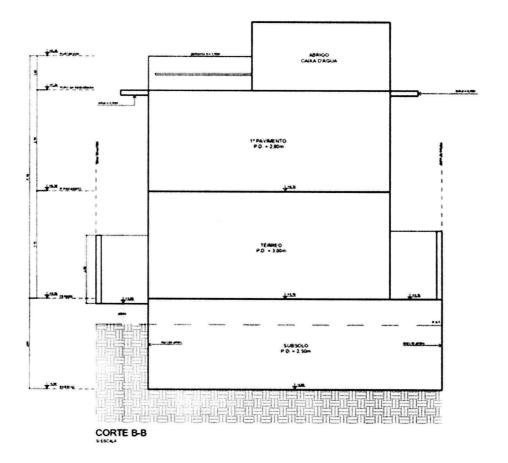


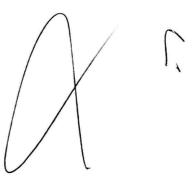


ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

1.2 CONSTRUÇÃO ASSOBRADADA





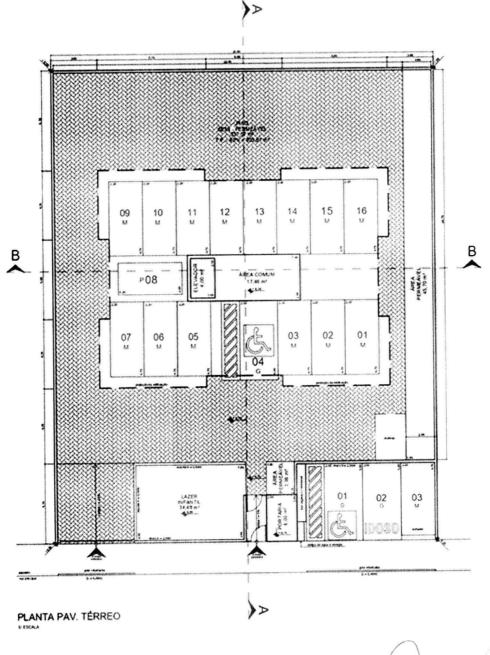


ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

24

1.3 CONSTRUÇÃO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VERTICAL



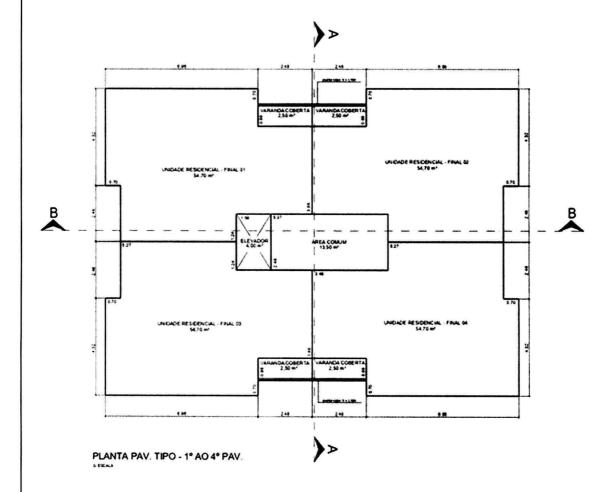


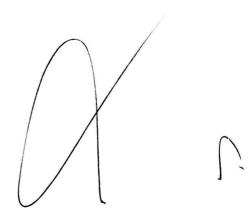
ESTADO DE SÃO PAULO

25

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

1.3 CONSTRUÇÃO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VERTICAL





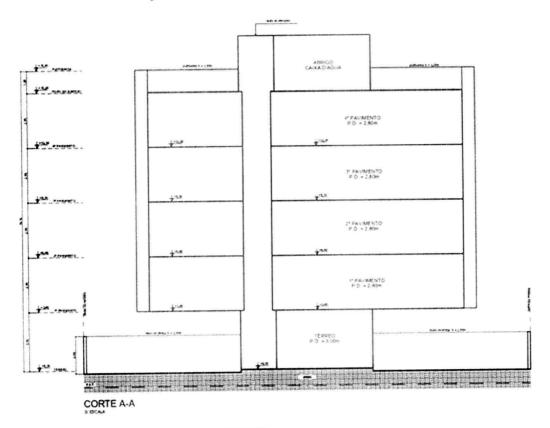


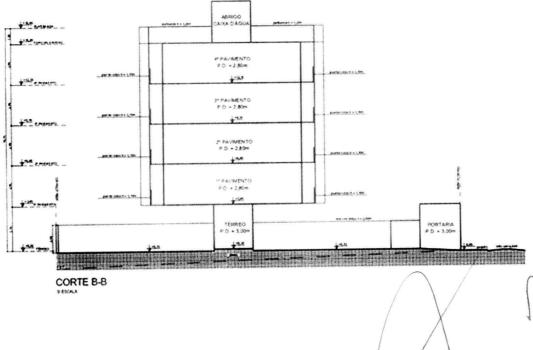
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

26

1.3 CONSTRUÇÃO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VERTICAL





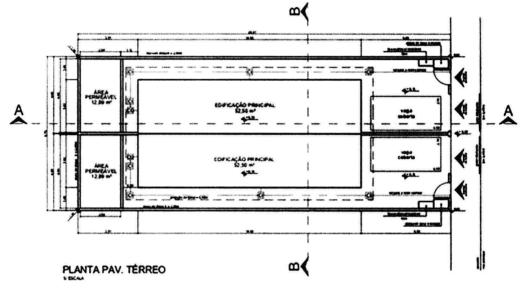


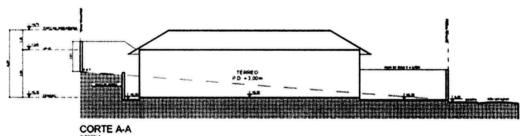
ESTADO DE SÃO PAULO

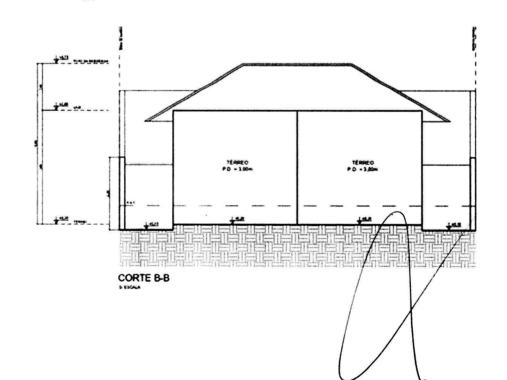
DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

27

1.4 CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL GEMINADA TÉRREA







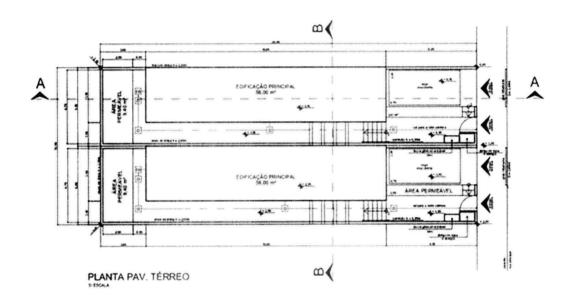


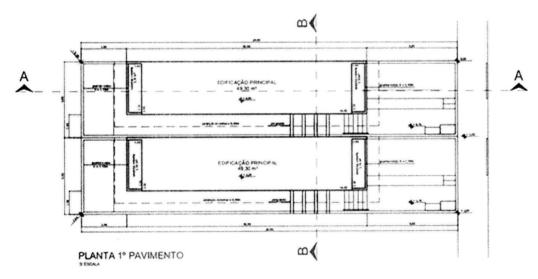
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

28

1.5 CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL GEMINADA ASSOBRADADA









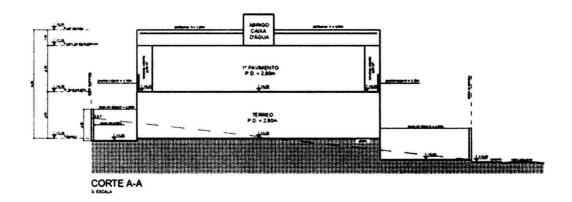


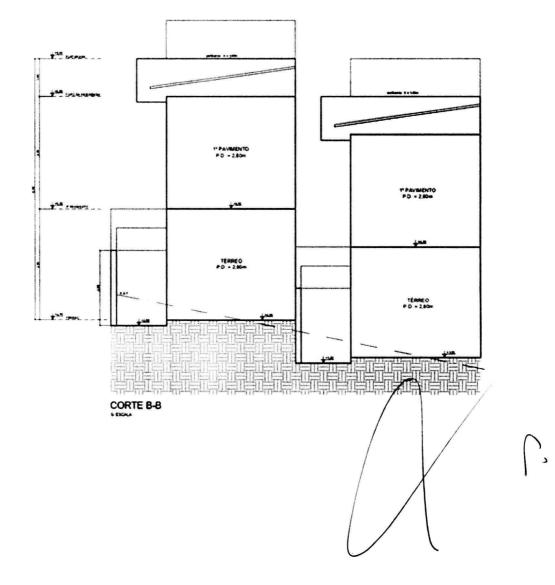
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

29

1.5 CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL GEMINADA ASSOBRADADA



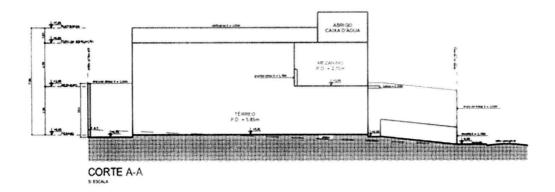


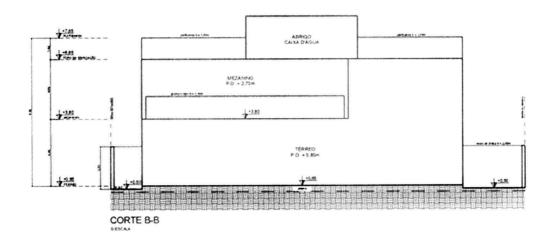


ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

1.6 RESIDÊNCIA TÉRREA: AMPLIAÇÃO







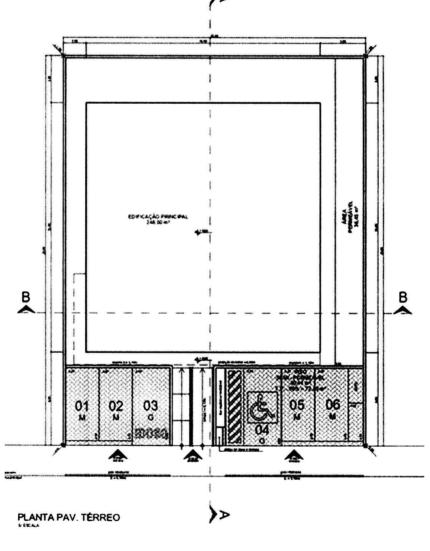




ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

1.6 RESIDÊNCIA TÉRREA: AMPLIAÇÃO

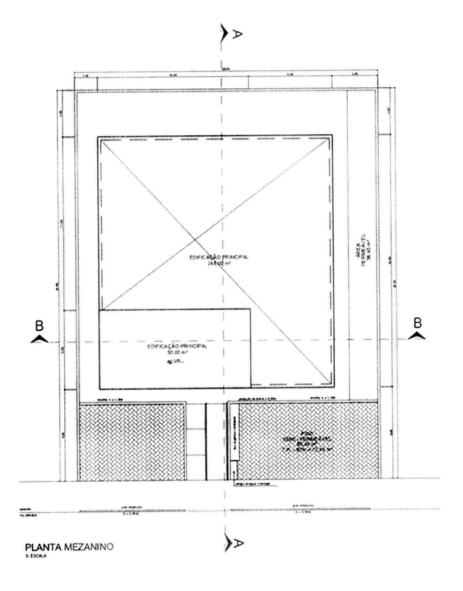




ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

1.6 RESIDÊNCIA TÉRREA: AMPLIAÇÃO



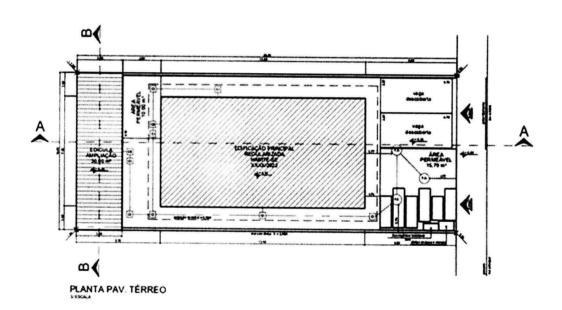




ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

1.7 RESIDÊNCIA TÉRREA: REFORMA COM AMPLIAÇÃO

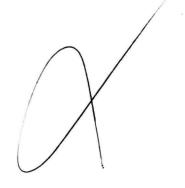




area regularizada / Manter Ada) Area a amplur Mermelagi



MEAN DEMOLE







ESTADO DE SÃO PAULO

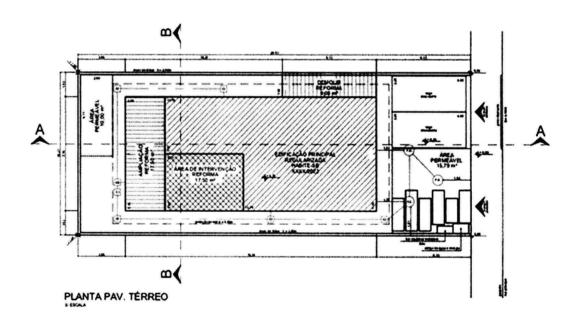
34 DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022. 1.7 RESIDÊNCIA TÉRREA: REFORMA COM **AMPLIAÇÃO** 10940 PD - 100 CORTE A-A CORTE B-B AREA A DEMOLIR

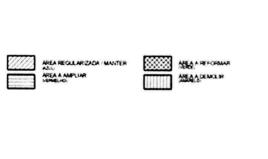


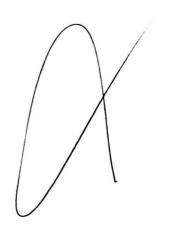
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

1.8 RESIDÊNCIA TÉRREA: REFORMA SEM AMPLIAÇÃO









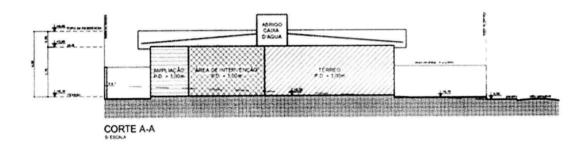


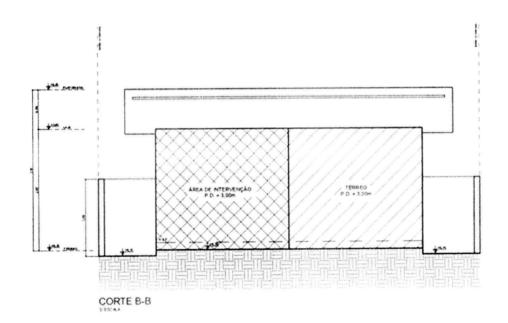
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

36

1.8 RESIDÊNCIA TÉRREA: REFORMA SEM AMPLIAÇÃO







ÁREA REGULARIZADA / MANTE INDA) ÁREA A AMPUAR (MINDA)



ASEA A DEMOCIFI



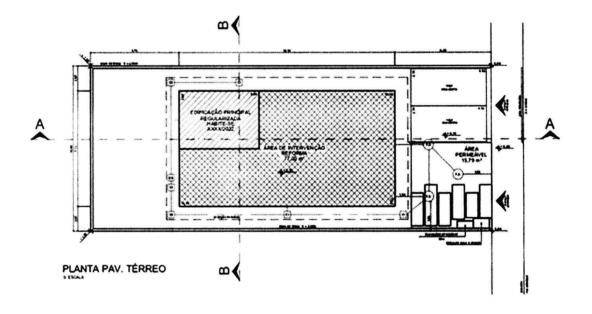




ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

1.9 NÃO RESIDENCIAL TÉRREA: CONSTRUÇÃO











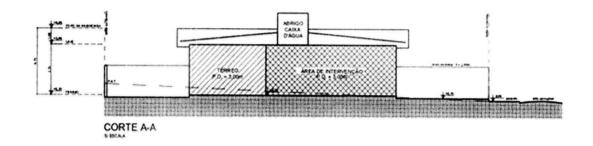


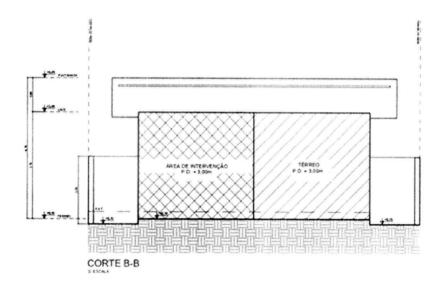
ESTADO DE SÃO PAULO

38

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

1.9 NÃO RESIDENCIAL TÉRREA: CONSTRUÇÃO







área regularizada / Mante Adaj Área a ampliar Menglioj





ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

39

ANEXO IV

Programa Arquitetônico

PROGRAMA

ARQUITETÔNICO

1. Consideração Gerais

O programa arquitetónico deverá ser apresentado no espaço reservado para textos, conforme disposto no anexo III, deste decreto

2. Diagramação

As informações que compreende o programa arquitelónico deverão ser apresentadas de acordo com o formulário exemplificado abaixo. Poderão ser acrescentadas quantidade de linhas que forem necessárias para correta descrição do empreendimento.

PROGRAMA ARQUITETÔNICO				
PAVIMENTO	AMBIENTE	ÁREA (m²)		
(1)	(2)	(3)		

3. Campos de Preenchimento

Todos os campos de preenchimento do Programa Arquitetônico devem ser preenchidos de forma clara e sem pasuras e com informações correta

CAMPO	DENOMINAÇÃO	INFORMAÇÕES	ORIENTAÇÃO
(1)	PAVIMENTO	Discriminação geral do pavimento	Ex Subsolo, érreo, 1º pavimento, edícula, outros
(2)	AMBIENTE	Discriminação dos compartimentos da edificação	Ex. Sala, domitório, cozinha, copa, banheiros, área de serviço.
(3)	ÅREA	Quantificação da metragem quadrada dos ambientes	Ex. 23.60m²



ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

40

ANEXO V - DECLARAÇÕES

RRT/ART/TRT nº: XXXXXXXXXXXXXX

1. AUTOR DO PROJETO

Declaro que o projeto apresentado foi elaborado com a total observância da Legislação Edilicia Municipal vigente, abrangendo as normas de acessibilidade em casos previstos em lei e as demais legislações Estaduais, Federais e Normas Técnicas Brasileira.

Tenho ciência que a aprovação por parte da prefeitura se resume na observância somente da legislação de zoneamento, uso e ocupação do solo e os parâmetros relevantes estabelecidos em legislação vigente.

Declaro ainda que assumo total responsabilidade na elaboração do projeto, para fins de direitos e deveres, inclusive na esfera penal, assim como demais responsabilidades decorrentes do não cumprimento das legislações vigentes.

Arujā, __de ______ de 20______

Autor do Projeto:

Nome:

CAU/CREA/CFT n°: XXXXXXXXXXXXX





ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

41

2. RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EXECUÇÃO DA OBRA

Declaro que a obra está executada de acordo com o projeto aprovado pela Prefeitura e caso haja alguma alteração será comunicado ao autor do projeto e oficialmente à Prefeitura, em caráter de urgência, sob pena de embargo e demais sanções legais.

Tenho ciência que a execução da obra deve atender a toda legislação municipal, estadual, federal e normas técnicas brasileiras e assumo toda responsabilidade quanto à segurança, assim como as demais responsabilidades decorrentes do não cumprimento das legislações vigentes onde poderão ser cumuladas na esfera civil, penal e administrativa, decorrentes de eventuais prejuízos a terceiros e, ainda, sujeito a todas as sanções previstas na legislação municipal, estadual e federal.

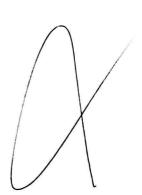
Arujá, __ de ______ de 20___

Responsável Técnico pela Execução da Obra:

Nome:

CAU/CREA/CFT nº: XXXXXXXXXXXX

RRT/ART/TRT nº: XXXXXXXXXXXXX





CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

42



ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

4. DECLARAÇÃO SOBRE INTERF	ERÊNCIA EM A P.P.	
Obra:	ou c'y near nige consiste anna e gait nobel à aimpreciain reprisabilité par rigent Bringainn, direpteur	
Local:		
Inscrição Cadastral:		
em especial que a execução da obra	objeto da licença ora requerida não bem como não irá atingir ou alterar	informações contidas no projeto, em referência, implicará na supressão de vegetação em A.P.P. nenhum curso d'água ou nascente, nos termos
em especial que a execução da obra (Área de Preservação Permanente)	objeto da licença ora requerida não bem como não irá atingir ou alterar	implicará na supressão de vegetação em A.P.P. nenhum curso d'água ou nascente, nos termos
em especial que a execução da obra (Área de Preservação Permanente)	objeto da licença ora requerida não bem como não irá atingir ou alterar Arujá, de	implicará na supressão de vegetação em A.P.P. nenhum curso d'água ou nascente, nos termos
em especial que a execução da obra (Área de Preservação Permanente) da legislação ambiental competente Responsável Técn	objeto da licença ora requerida não bem como não irá atingir ou alterar Arujá, de	implicará na supressão de vegetação em A.P.P. nenhum curso d'água ou nascente, nos termos
em especial que a execução da obra (Área de Preservação Permanente) da legislação ambiental competente Responsável Técn	objeto da licença ora requerida não , bem como não irá atingir ou alterar Aruja, de ico:	implicará na supressão de vegetação em A.P.P. nenhum curso d'água ou nascente, nos termos
em especial que a execução da obra (Área de Preservação Permanente) da legislação ambiental competente Responsável Técn	objeto da licença ora requerida não , bem como não irá atingir ou alterar Aruja, de ico:	implicará na supressão de vegetação em A.P.P. nenhum curso d'água ou nascente, nos termos
em especial que a execução da obra (Área de Preservação Permanente) da legislação ambiental competente Responsável Técn	objeto da licença ora requerida não , bem como não irá atingir ou alterar Aruja, de ico:	implicará na supressão de vegetação em A.P.P. nenhum curso d'água ou nascente, nos termos
em especial que a execução da obra (Área de Preservação Permanente) da legislação ambiental competente Responsável Técn CREA/CAU/CFT re	objeto da licença ora requerida não , bem como não irá atingir ou alterar Aruja, de ico:	implicarà na supressão de vegetação em A.P.P. renhum curso d'água ou nascente, nos termos de 20
em especial que a execução da obra (Área de Preservação Permanente) da legislação ambiental competente Responsável Técn CREA/CAU/CFT re Nome: (do Proprietário/Comp	objeto da licença ora requerida não bem como não irá atingir ou alterar Arujá, de co: (número do registro profissional)	implicarà na supressão de vegetação em A.P.P. renhum curso d'água ou nascente, nos termos de 20
em especial que a execução da obra (Área de Preservação Permanente) da legislação ambiental competente Responsável Técn CREA/CAU/CFT re	objeto da licença ora requerida não bem como não irá atingir ou alterar Arujá, de co: (número do registro profissional)	implicarà na supressão de vegetação em A.P.P. renhum curso d'água ou nascente, nos termos de 20





ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 8.121 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

ANEXO VI - T.R. e C.C.O.

Termo de Responsabilidade e Atestado de Conclusão da Obra de Edificação (CCO)

1. Identificação da Obra

Proprietário/Compromissário ou Responsável por procuração:
Obra:
Local:
Inscrição Cadastral:
N° da Certidão de Aprovação de Projeto:
N° do Alvará de Aprovação de Execução de Obra:
A edificação está concluída: () Totalmente () Parcialmente

2. Declarações

Declaro na condição de responsável técnico pela execução da obra, conforme o alvará acima mencionado, que a obra objeto deste laudo:

- I Seguiu o projeto aprovado pela certidão acima mencionada;
- II Foi executada de acordo com as especificações técnicas do projeto, obedecendo rigorosamente todas as disposições legais municipais, estaduais e federais que disciplinam os aspectos edilícios, ambientais e do ordenamento do uso e ocupação do solo, bem como as Normas Técnicas Brasileiras;
- III Apre salubrida Conclus

Sob as neste la Edificaçã

esenta condições de o ade, de acessibilidad ão da Obra de Edifica penas da lei, somos de udo técnico. Isto pos	de, habitab ição (CCO). responsáve	ilidade e is pela ve	estando eracidade	apta e exa	à ob tidão (otenção das info	do Cert	ificado	de das
ăo (CCO).									
	Arujá, d	e	CONTRACTOR OF STREET,	de 20_					
Nome: (do Propri	ietário/Com	promissár	io ou Res	sponsá	vel po	or procui	ração)		
		CPF	F:				-		
Nome: (d	o Responsá	avel Técni	co pela E	xecuç	ão da	Obra)			
CAU/	CREA/CFT:	(número	do regist	ro prof	ission	al)			1
	podre appropriate						\ /		1 -
Publicado no Jor D.O.E. Edição:814 Pág.	mal:					/	\vee		
D. O. E.	s ver care out of the care						\wedge		
() V 0	2 46						/ \		
Edição: 619 Pag.	2-10					1/			
0 01									